

SINTOMAS DA MÁ ADMINISTRAÇÃO CRÔNICA

O que dizem as 1.078 páginas dos relatórios da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) e do Tribunal de Contas do Estado (TCE), elaborados entre 2004 e 2010 e obtidos pela reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação. O documento referente a 2011 não foi fornecido porque o prazo para defesa não havia expirado, e o de 2012, por ainda não ter sido finalizado

EQUIPAMENTOS FURTADOS

- A inoperância do Lafergs, somada a falhas de segurança, abriu espaço para que utensílios e medicamentos fossem furtados, segundo relatórios da Cage e do TCE.
- Uma sindicância foi instaurada em junho de 2004 para apurar o desaparecimento de todos os utensílios de inox do setor de granulação do laboratório. A investigação foi encerrada sem apontar os responsáveis pelo furto dos equipamentos.
- Desapareceram do laboratório cinco conchas, dois baldes de inox de 10 litros, uma panela de inox média, uma panela de alumínio grande, um funil grande de inox e até um relógio de parede.
- Na época, o valor patrimonial dos bens não foi informado, e a comissão de sindicância concluiu que a fragilidade na segurança do prédio do Lafergs teria facilitado o furto dos equipamentos. Em 2005, uma auditoria apontou fragilidade no controle dos estoques.
- Em 2008, foi registrado novo furto no laboratório, de medicamentos utilizados no combate ao câncer. Na época, o prejuízo foi estimado em R\$ 30 mil. Novamente, ninguém foi responsabilizado pelo crime.

OBRAS CARAS E DEMORADAS

- As obras que iriam ampliar a estrutura do Lafergs – um dos 21 laboratórios farmacêuticos oficiais do Brasil – custariam R\$ 4,5 milhões e seriam executadas em quatro meses.
- Contudo, após uma série de erros e omissões – da elaboração à execução do projeto de ampliação e modernização –, foram gastos, pelo menos, R\$ 5 milhões a mais e o trabalho só foi finalizado em 2010, seis anos depois da data inicialmente prevista.
- Uma empresa elaborou o projeto de ampliação em 1999 e o revisou em 2003, ano em que a Anvisa estabeleceu novas exigências. As normas não foram observadas, abrindo brecha para dilatação de prazos e custos.
- No contrato de execução, no ano seguinte, novos problemas: os órgãos de controle apontaram irregularidades como dispensa indevida de licitação, não adaptação do projeto às regras da Anvisa e superfaturamento de 26 itens. Nada foi feito, e o contrato teve continuidade.
- O contrato foi rescindido em 2007, após dois anos de atraso na entrega da obra. Houve prejuízo de R\$ 2,6 milhões devido a serviços pagos e não executados. A construtora foi multada em R\$ 612,7 mil, mas acabou falindo.

MATÉRIA-PRIMA E REMÉDIOS NO LIXO

- Conforme apontamentos da Cage, o prejuízo com o vencimento de matérias-primas e medicamentos, entre 2005 e 2009, chegaria a R\$ 2 milhões (montante sem correção).
- Mais de 400 quilos de substâncias utilizadas na fabricação de medicamentos perderam a validade entre 2005 e 2006, totalizando prejuízo de R\$ 83,6 mil. Ainda em 2006, 15,4 milhões de unidades de medicamentos (R\$ 338 mil) também tiveram prazo de validade expirado.
- No ano seguinte, substâncias retiradas do estoque por vencimento chegavam a R\$ 194 mil. Em 2008, foi identificada uma diferença de R\$ 1,3 milhão a menos nos registros, prejuízo causado pelo descarte de medicamentos.
- Relatório da Cage, de 2009, afirma que houve má gestão no comando do laboratório: “Foi observado nesta auditoria que insumos caros para a produção de medicamentos foram adquiridos na expectativa da volta da produção e acabaram sendo descartados”.
- O mesmo documento alerta que, além da deterioração de equipamentos e da perda de matérias-primas e de receita, a inoperância do laboratório o impede de produzir “medicamentos para suprir a população carente do Estado”.

MULTA POR INEFICIÊNCIA

- Por má utilização da energia elétrica, o Lafergs pagou multa de R\$ 3,2 mil em 2010. O encargo foi gerado por conta de problemas técnicos na sua rede elétrica.
- As instalações permitiam uma perda de energia superior ao aceito. Relatório afirma que a rede resulta em desperdício de recursos públicos. “Trata-se de um valor que a entidade (*a Fepps*) despende por manter as suas instalações em más condições de operação”, diz o documento.